▶ **continuação** aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

31/12/2019	31/12/2019
Aviso Prévio indenizado	- 1.050.397,84
Multa FGTS Rescisória (50%)	- 1.284.633,77
Total	- 2.335.031,61

Em 31 de dezembro de 2020 a instituição entendeu por bem que não caberia constituir Estimativa de Rescisão Contratual em virtude da cláusula décima do contrato de Gestão SPDM 1860063/2019 praver que os custos

relativos à dispensa com pessoal serão arcados pelo órgão público contratante, não cabendo mais realizar tal provisionamento. **3.9. Imobilizado/Intangível - Bens de Terceiros:** O imobilizado/intangível de uso da unidade gerenciada AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão para os quais possuímos seguintes documentos de cessão de uso. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Imobilizado - Bens de Terceiros em 2020		Transferência		Posição em 31/12/2020	
	31/12/2019	Aquisição	Baixa	31/12/2020	Baixa	31/12/2020
Imobilizado - Bens de Terceiros	937.213,78	47.663,24	1.582,00	983.295,02	-	-
Aparelhos e equipamento odontológico Laboratório	76.659,15	1.797,00	-	78.456,15	-	-
Equipamentos de Processamento de Dados	284.964,12	-	-	284.964,12	-	-
Mobiliário em geral	402.336,20	35.910,75	1.212,00	437.034,95	-	-
Máquinas Utilitários e Equipamentos Diversos	23.146,70	3.197,69	-	26.344,39	-	-
Aparelhos de Medição	25.120,00	-	-	25.120,00	-	-
Aparelhos e equipamento comunicação	61.945,38	-	-	61.945,38	-	-
Aparelhos e utensílios domésticos	46.289,47	-	370,00	45.919,47	-	-
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	43.342,66	1.402,80	-	44.745,46	-	-
Outros Materiais Permanentes	18.043,50	5.355,00	-	23.398,50	-	-
Intangível - Bens de Terceiros	246.977,50	-	-	246.977,50	-	-
Softwares	246.977,50	-	-	246.977,50	-	-

Descrição	Posição em 31/12/2019		Transferência		Ajuste de vida útil		Posição em 31/12/2020		Taxa de ajuste de vida útil	
	31/12/2019	Baixa	31/12/2020	Baixa	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	
Imobilizado - Ajuste Vida útil Econômica - Bens Móveis	628.110,15	1.346,62	93.642,83	720.445,96	-	-	-	-	-	
Aparelhos Médicos Odontológicos Laboratório	61.945,38	-	5.723,26	68.668,64	-	-	-	-	-	
Equipamentos de Processamento de Dados	139.336,11	-	35.956,96	175.293,07	-	-	-	-	-	
Mobiliário em geral	314.907,46	979,70	31.677,81	345.609,35	-	-	-	-	-	
Máquinas Utilitários e Equipamentos Diversos	6.949,61	-	2.571,94	9.521,55	-	-	-	-	-	
Aparelhos de Medição	19.564,64	-	2.335,74	21.900,38	-	-	-	-	-	
Aparelhos e equipamento comunicação	16.457,28	-	862,70	17.319,98	-	-	-	-	-	
Aparelhos e utensílios domésticos	33.926,93	366,92	4.486,56	38.046,57	-	-	-	-	-	
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	30.678,79	-	4.253,99	34.932,78	-	-	-	-	-	
Outros Materiais Permanentes	4.343,95	-	2.174,47	6.518,42	-	-	-	-	-	
Intangível - Ajuste Vida útil Econômica de Bens de Terceiros	243.897,41	-	3.060,09	246.977,50	-	-	-	-	-	
Softwares	243.897,41	-	3.060,09	246.977,50	-	-	-	-	-	

3.9.1. Ajuste Vida útil Econômica - Bens Móveis Intangível: A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método Linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.9 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.10. Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. **3.11. Serviços de Terceiros:** Estas obrigações resultam da contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela Instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços gerais, conservação, vigilância e segurança, manutenções preventivas, consultoria e auditoria, serviços de telecomunicações etc. **3.12. Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A Instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.13. Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS. **3.14. Provisões de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.15. Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços de pessoal próprio em regime CLT. **3.16. Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS e PIS/COFINS/CSL, relacionadas aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada e outras taxas municipais. O saldo final a pagar em 2020 referentes aos impostos citados acima foi de R\$ 11.752,74 e em 2019 foi de R\$ 12.188,04. **3.17. Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. **3.18. Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante):** De acordo com o NBC TG 07 (R2) Entidade sem Finalidade de Lucros Item 11.2, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31/12/2020 representa R\$ 12.309.260,09 (Doze milhões, trezentos e nove mil, duzentos e sessenta reais e nove centavos) e a realizar em longo prazo representa R\$ 40.279.068,00 (Quarenta milhões, duzentos e setenta e nove mil e sessenta e oito reais) ambos os valores relativos ao Contrato de Gestão SPDM 1860063/2019, proveniente da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. **3.19. Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.19.1. Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de acordo em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se enquadram em conformidade com o estabelecido no NBC TG 25 (R2) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Não houve em 31/12/2020, contingências passivas na esfera civil, tributária e trabalhista. **4. Origem e Aplicação de Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contratos, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais fiscais. **4.1. Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamentais. Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como re-

ceita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento do contrato. **4.1.1. Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2020 tais valores representam o montante de R\$ 17.538.64,42. **4.2. Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3. Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais os utilizam no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2020 a Instituição recebeu em doações de mercadorias um total de R\$ 2.616,23, dos quais R\$ 2.051,78 são referentes a materiais recebidos com a finalidade de prevenção e proteção dos seus colaboradores e pacientes no âmbito da pandemia do COVID-19 e R\$ 564,45 são referentes a demais doações de materiais. **4.4. Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição. **8. Relatório de Execução do Contrato de Gestão**

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2020

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total 2020	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Consulta Médica - TOTAL	20.400	18.928	20.400	20.901	40.800	39.829
Atendimento não médico - TOTAL	15.000	12.238	15.000	17.445	30.000	29.783

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2020

Receitas	Custeio		Investimento	
	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão
Receitas do Contrato	13.426.356,00	-	-	-
Receitas Financeiras e Outras Receitas	26.247,16	-	-	-
Total das Receitas	13.452.783,16	-	-	-
Despesas	Custeio		Investimento	
	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão
Despesas com Pessoal	11.794.760,35	-	-	-
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	1.901.632,47	-	-	-
Total das Despesas	13.696.392,82	-	-	-

9. Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101, de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e a Portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.193, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 05 de janeiro de 2018, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 2500.00623/2018-01, o qual aquando deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2020 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 3.321.600,47. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigação decorrente de cumprir o estabelecido na Portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes à PIS, COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF. **9.1. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.868/13, a Entidade usufruiu no exercício de 2020, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra

registrada em conta específica no montante de R\$ 2.818.147,13. Em 2019, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 2.832.496,15. **9.2. Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2020 foi de R\$ 401.849,90. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2019, esse montante foi de R\$ 401.588,51. **9.3. Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fopag):** Em virtude do Ato de Publicação em 03/07/2019 pelo Secretário de Marco de Pesquisa Saravia, nos Embargos de Declaração em Apelação/Remessa Necessária Nº 0027951-11.2004.4.03.6100/SP - 2004.61.00.027951-7/SP, a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina garantiu o direito a manutenção da imunidade ao PIS sobre a folha de pagamento, cabendo a restituição de valores recolhidos em anos anteriores, devidamente corrigidos pela taxa Selic, como prevê o acordo acima. Conforme classificação em conta específica, o montante no exercício de 2020 foi de R\$ 101.603,44. Em 2019 o valor referido de receita totalizou em R\$ 46.168,11. **10. Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 a Contabilidade Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Cirat ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas em benefício da comunidade, e também os serviços de trabalho voluntário de outros dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntário. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um, tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a qual se pertence o voluntário. Em 2020, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.918,09, em 2019 estes valores foram de R\$ 2.154,93. Não houve valores de outros trabalhos voluntários nos períodos de 2020 e 2019.

11. Exercício Social: Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2020.

Tipo de Atendimento	Produção 2020		SUS
	Atendimento Ambulatorial - Total	Consultas médicas especializadas	
Atendimento não médico	23.822	23.822	
SADT Total	48.079	48.079	

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2020

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total 2020	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Consulta Médica - TOTAL	20.400	18.928	20.400	20.901	40.800	39.829
Atendimento não médico - TOTAL	15.000	12.238	15.000	17.445	30.000	29.783

registrada em conta específica no montante de R\$ 2.818.147,13. Em 2019, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 2.832.496,15. **9.2. Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2020 foi de R\$ 401.849,90. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2019, esse montante foi de R\$ 401.588,51. **9.3. Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fopag):** Em virtude do Ato de Publicação em 03/07/2019 pelo Secretário de Marco de Pesquisa Saravia, nos Embargos de Declaração em Apelação/Remessa Necessária Nº 0027951-11.2004.4.03.6100/SP - 2004.61.00.027951-7/SP, a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina garantiu o direito a manutenção da imunidade ao PIS sobre a folha de pagamento, cabendo a restituição de valores recolhidos em anos anteriores, devidamente corrigidos pela taxa Selic, como prevê o acordo acima. Conforme classificação em conta específica, o montante no exercício de 2020 foi de R\$ 101.603,44. Em 2019 o valor referido de receita totalizou em R\$ 46.168,11. **10. Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 a Contabilidade Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Cirat ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas em benefício da comunidade, e também os serviços de trabalho voluntário de outros dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntário. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um, tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a qual se pertence o voluntário. Em 2020, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.918,09, em 2019 estes valores foram de R\$ 2.154,93. Não houve valores de outros trabalhos voluntários nos períodos de 2020 e 2019.

Elisângela Dias de Sousa Briet - Contadora - CRC 1SP 295881/0-7

ção da Entidade são aquelas com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente de fraude ou erro, e a contabilidade possua o devido nível de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectem as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, executores julgamos a manutenção dos mantimentos oficiais profissionais ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM

Relatório dos Auditores Independentes
Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Ambulatorial Médico de Especialidades de Psiquiatria, Jandira Masur) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações contábeis resultantes do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas

Ariella Hasegawa Galvão dos Santos - Diretora Técnica - CRM: 130285

normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como informação suplementar sobre o lucro, que não requerem a apresentação da DVA. Essa informação é apresentada no mesmo formato dos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administra-

► **continuação** que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demons-

trações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2021. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3.** Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.

balanços das empresas públicas

Compromisso com a transparência

The image shows a laptop screen displaying the website 'BALANÇOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS DE SÃO PAULO'. The website header includes 'Portal do Governo', 'Cidade SP', 'Investe SP', 'SP Global', and 'Secretaria da Fazenda'. Below the header, there is a section titled 'Compromisso com a transparência' with a sub-header 'Segundo os princípios de transparência desta administração, e em sintonia com as mais modernas práticas de governança corporativa, reunimos em um único local e com acesso facilitado os balanços dos últimos 5 anos das empresas públicas do Estado de São Paulo.' Below this, there is a section 'Selecione uma empresa:' followed by a grid of logos and names of various public companies, including CDHU, CESP, CETESB, CODASIP, CDSS, COSEIP, TILO, CPDS, CPP, CPSEC, CPTM, Dersa, EMAE, EMTU, IPT, Metrô, Prodesp, Sabesp, and Planaplan. Two white 3D figures are positioned on either side of the laptop, one pointing at the screen and the other gesturing towards the keyboard.

- A **Secretaria da Fazenda**, em parceria com a Imprensa Oficial, reuniu os balanços dos últimos 5 anos das empresas públicas;
- Em sintonia com as mais modernas práticas de **governança corporativa**.